

- RELATÓRIO PARA A REVISÃO DO PROCESSO -

DE MANUEL TASSARA

Preso em 27 de Novembro de 1938, quando tinha chegado do estrangeiro há uns quarenta dias pouco mais ou menos, nos primeiros interrogatórios é-me abordado o atentado contra o Senhor Presidente do Conselho. Fico completamente desorientado, pois que esperava que me fôsse perguntado mil e uma coisa, menos aquilo que me estava sendo perguntado. Pensei ainda que se tratava de um caso corrente como pergunta a todos os individuos presos, visto que o facto ainda estava recente e dêle desconhecia o que as investigações tinham feito, pois que publicamente nada se sabia. Vejo com surpresa que nos interrogatórios insistem em pormenores aos quais me querem ligar. Falam-me em nomes de individuos que desconheço, excepto um, Santana, que logo digo conhece-lo. Insistem os investigadores nas minhas viagens ao estrangeiro, ponto melindroso para mim, pois que era o principio da meada de toda a minha actividade politica. Fujo dêsse campo aos interrogatórios, e levo-os para o campo do atentado, tendo sempre em vista a minha negativa a tudo quanto me acusavam como autor. Mantendo-me nesta luta durante 5 ou 6 dias, sujeito a inter-

Começo por declarar que reconheço os indivíduos que tinham vindo á minha presença, e sem me referir bem á posição que mantinha com cada um dêles, pois que tudo era falso, focou um ponto que instantaneamente me veio á idéa.

Nos vários interrogatórios a que fui submetido, lembrou-me de ouvir falar em Silvino Ferreira, que conhecia, e sabia não estar preso, e um tal Tavares. Arranjo assim com êstes dois nomes um enredo de dinheiro e de desenhos, mas, declarando sempre que desconhecia a acção conspiratória do atentado, e que dêle tive~~me~~ feito parte. Adiante declaro que Silvino Ferreira em certa altura me falara nisso, mas que eu o tentei dissuadir de tal. Verifica-se pelos autos que tive sempre a preocupação de que no enredo falso que estava tramando para iludir as investigações, destacar, tanto quanto possível o meu <sup>dos</sup> conhecimento pelo atentado.

Toda esta falsidade pode ser comprovada não só pelos próprios que sôbre mim depuzeram responsabilidades, como ainda por Silvino Ferreira que hoje se encontra preso, e que pode declarar que tinha comigo de facto ligações, porque é verdade, mas nunca tratamos de assuntos que se prendesse com o atentado.

Não tenho bem presente se mais declarações fiz, não só pelo tempo que já decorreu como também por não serem verdadeiras não me ficaram gravadas na memória como é natural.

Quanto a Emidio Santana, é bom destacar a sua decla-

rogatórios constantes de longas e inumeras horas, sou pôsto em presença dos homens que me tinham acusado para ser por êles reconhecido. Sem os vêr sou reconhecido por êles. Vêm á minha presença um a um e defronte dêles nego que os conhecesse. Volto novamente a estar só com os agentes, e êstes a insistirem para que os reconhecesse, do mesmo tempo que me iam sempre falando das minhas idas ao estrangeiro. Vem o primeiro individuo á minha presença para se levantar o auto de reconhecimento, e eu que até aí me tinha mantido numa negativa absoluta, quando o dactilógrafo estava metendo o papel na máquina para fazer o meu auto de não reconhecimento, lembro-me e persinto que coisas muito graves se iam passar. Vejo num repente todo o movimento desfeito, inumeras pessoas presas e uma obra que tanto trabalho e tanto sacrificio tinham custado, despedaçado, e só porque, eu não tinha tido a coragem de arcar com responsabilidades que me não pertenciam. Refiro-me ao movimento em preparação que adeante relato. Num raciocinio rápido, numa excitação quasi febril, num ambiente de coação, embora que moral mas no entanto não deixa de ser coação, resolvo-me a tomar uma cota parte das responsabilidades que me eram atribuidas. Mando suspender o auto que se estava levantando, e com surpresa dos investigadores declaro que tenho coisas a dizer. É imediatamente mandado sair o individuo que estava comigo levantando o auto de reconhecimento e faço declarações.

ção, pois que tornando-se um dos responsáveis pelo atentado, declarou na minha presença e isso faz parte dos autos, que eu nunca tinha tido qualquer ligação ou simples conversa com ele sobre esse assunto, isto é, sobre o atentado.

São assim fechados os autos na Polícia (P.V.D.E.) e remetidos ao Tribunal. Ai sou chamado e ouvido pelo Juiz dessa de Aragão. Faço as mesmas declarações que tinha feito na Polícia. Este Magistrado interroga-me sobre outras acusações que me tinham sido feitas, tais como, transporte de explosivos, munições, armas, etc. A tudo respondo com incerteza, isto é, dizendo que não a umas, a outras que não me lembrava. A minha única preocupação, era desviar tanto quanto possível o assunto da minha verdadeira acção, e deixar-me levar para tudo, satisfazendo assim os desejos das investigações. Foi levantado outro auto no Tribunal e junto a este, vulgarmente, o levantado na Polícia.

Volto para o Aljube para a incomunicabilidade e aí, pensando mais em socego, vejo que novas responsabilidades me foram atribuídas. Não querendo, porém, arcar com mais esse ônus, resolvo escrever uma carta ao Juiz declarando que tudo quanto me tinha sido atribuído era falso, e que só tomava como boas as declarações feitas então na Polícia. Essa carta que faz parte do processo porque eu assim o quizei, prevendo as coisas futuras, deu-me, como então o previ, a absolvição a parte respeitante á nota de culpa e que se referia ao

transporte de explosivos. Parece-me que nos mais pequenos pormenores, se verifica a minha constante preocupação em ocultar certos e determinados factos, deixando-me arrastar por outros mas mesmo nêstes, procurando sempre acertã-los da menor responsabilidade possível.

É marcado o julgamento e aberta a audiência são ouvidos todos os réus. Apesar de não estar na sala, pois que iam entrando á medida que iam sendo ouvidos, sei que aquêles que tinham feito contra mim graves acusações desdiziam-se, negando tudo, ou pelo menos uma grande parte. Um réu houve até, que declarou que estando na sua cela da Penitenciária a pensar no caso, a sua consciência aconselhou-o a esclarecer o Tribunal, pois que não se sentia bem deixar continuar a acusação que tinha feito sobre mim, quando tudo era falso. Declarou no Tribunal que em tais termos tinha escrito ao Juiz mas êste Magistrado negou sempre que tivesse recebido tal carta. Desconheço se tudo se passou tanto como o meu co-réu diz ou se o Juiz recebeu e nega o recebimento. Fôsse como fôsse, o facto é que em pleno Tribunal isto se passou e as declarações do réu desfizeram-aquelas que primeiramente tinha feito. Sei que todos fizeram o mesmo, uns com mais decisão e veemência, outros mais indecisamente, mas no fim e o que interessa, é que todos se desdiziam.

Quanto ao réu Emidio Santana manteve as mesmas declarações, dizendo sempre que nada tinha tido comigo sobre.

actividade fôsse aquela que se tinha esclarecido no Tribunal. E não se enganava. Mantive sempre a mesma atitude, sem fazer declarações concretas. Decorreram os meses, e se não estou em êrro, em Julho de 1939 terminava a guerra de Espanha, e com êsse facto terminava para mim o compromisso da minha honra em manter o silêncio que entendi dever manter.

Sabia que o movimento em preparação tinha as suas fortes raizes presas á guerra de Espanha, e que o fim desta, seria o fim de toda a preparação revolucionária.

Passaram-se ainda alguns meses e como a Policia não me largava para conhecer a minha verdadeira actividade, com assombro dos agentes e funcionários superiores, certo dia declaro que estou pronto a fazer algumas declarações.

Fácil é de prever o interesse suscitado na P.V.D.E.

Qual a razão desta minha attitude ?

Conhecedor de toda a preparação do movimento, sabia, como já disse, que a viabilidade dêste era difficil senão impossível sem a continuação do movimento em Espanha. Depois de bem reflectir e de sensactamente pensar no assunto, entendi que não tinha o direito de estar mais tempo a sacrificar-me a mim próprio, a sacrificar os meus, e principalmente minha mulher com um pesado fardo duma condenação como criminoso.

Comço então na Policia por declarar que tudo que tinha dito sôbre a minha acção com referênciã ao atentado

-2-

o atentado, e que somente tratou de assuntos referentes á C.G.T. e á Frente Popular. É notório, que sendo este indivíduo um dos maiores responsáveis no atentado, como elle próprio o confessou, e até com grande desassombro, que eu sendo segundo o Tribunal Diz o maior responsável, não tivéssemos sequer trocado uma palavra sobre tal assunto. As minhas declarações em Tribunal são as mesmas que nos autos, tendo a preocupação constante de sempre manifestar a minha inocência daquilo de que era acusado. É notório, que tanto frisei a nota que nos debates o promotor da justiça declarou que não percebia a minha attitude, pois que só eu não estando no uso das minhas faculdades mentais, o que nunca tinha ouvido dizer, poderia tomar em consideração as minhas constantes afirmações sobre a minha inocência. Verifica-se, que sempre tive o cuidado em nunca deixar passar despercebido que de facto me encontrava inocente, embora não esclarecesse o assunto, porque do esclarecimento viriam pormenores que não me convinham que fossem abordados.

Elássim foi condenado a 8 anos de prisão maior, seguidos de 12 de degrado.

- O MOTIVO DA MINHA ABSTENÇÃO EM DECLARAR A VERDADE -

Entre em regimen de cumprimento de pena na Penitenciária de Lisboa. Bastas vezes fui chamado á Policia (P. V.D.E.), porque esta nunca se tivera conformado que a minha

era falsa, e o motivo que me tinha levado a tomar tal atitude era o de estar comprometido num movimento que deveria eclodir com ligações na guerra de Espanha, mas, que por motivos que desconhecia êste não se tinha verificado. Declaro também, que faria uma summa da minha actividade sem entrar a fundo em pormenores pois que não queria comprometer ninguém, nem tão pouco queria desmembrar a organização que existia. Já bem conhecido na Polícia, e esta conhecedora da minha maneira de proceder, logo se convenceu que eu só diria aquilo que visse que em nada poderia prejudicar organizações e pessoas. Instado bastante, nunca disse mais do que aquilo que entendi que nada podia prejudicar o que ainda por ventura pudesse existir da organização do movimento. Conto muito por alto as características dele, <sup>+</sup> mas como tinha todo o interesse que na Polícia me tomassem a sério, e para testemunhar os factos que estava narrando, procurei testemunhas e estas só poderiam ser pessoas que eu tivesse conhecimento que estavam presas. Assim o fiz e o facto é que, ou porque a Polícia junto dessas pessoas procurasse averiguar, ou que pelos seus meios próprios de informações obtivesse a confirmação, o certo é que, começo a ser ouvido com um certo interesse e as minhas declarações começam a criar um ambiente de confiança na Polícia. Bastante instado e sem querer fazer declarações de grande importância, tomo a resolução de dizer que nada mais diria sem poder obter uma confirmação que a minha atitude



de não fôsse prejudicial a pessoas e organizações.

Dá-se neste meio tempo o exodo dos emigrados politicos, e tômo conhecimento que entre outros se encontra preso o Dr. Jaime de Moraes, pessoa com quem mais contactos tinha e por assim dizer era considerado, e eu o considerava também, como um dos chefes do movimento em preparação. Declaro então que só ouvindo da boca dêste Snr. que as minhas declarações não poderiam afectar o movimento, eu me prontificava a dar todos os esclarecimentos, não só em abôno da verdade, como para meu interesse, pois o que pretendia era isso mesmo para tornar clara e precisa a minha situação.

Em virtude do exposto é-me comunicado que o Dr. Jaime de Moraes vicia á minha presença. Assim aconteceu noutra minha ida á Policia. Uma vez em frente dêste Snr., e rodeado de alguns agentes, começo por declarar-lhe a minha situação e a disposição em que me encontrava de fazer declarações. Mas, para isso precisava que êle, Dr. Jaime de Moraes, me dissesse se algum inconveniente havia para a marcha dos acontecimentos ou se podia com esta minha attitude ir prejudicar a organização ou organizações que ainda existissem do movimento. Quanto ao divulgar os nomes de pessoas não precisava da sua opinião, porque saberia muito bem até que ponto essas minhas declarações deveriam chegar.

Em presença de todos os agentes o Dr. Jaime de Moraes enaltece a minha attitude e declara estar absolutamente

e das outras, a Policia tem ao seu alcance os meios de se  
acercar delas, não só dos restantes emigrados que se encon-  
tram no país como doutros que a Policia conhece, sem que ne-  
cessário se torne que eu os divulgue.

Um pormenor tambem que muito vem contribuir para  
o esclarecimento da verdade, é o facto de que o individuo que  
eu me servi quando das minhas declarações após a minha prisão,  
e que eram falsas, encontra-se preso e condenado como impli-  
cado no atentado. Se o está ou não, não sei, só sei porém que  
tudo quanto disse e que a ele se referia era menos verdadei-  
ro. Fil-o, como já anteriormente exponho para dar uma saída  
é minha situação. Ele hoje poderá dizer a verdade. Nunca ti-  
ve com êle qualquer conversa sobre o atentado. Tinha ligações  
com esse mesmo individuo, é facto, mas essas prendiam-se sô-  
mente com o movimento em marcha, como no momento oportuno  
mencionarei. Refiro-me a Silvino Ferreira que actualmente se  
encontra tambem preso na Penitenciária de Lisboa.

CONCLUSÕES LÓGICAS DA MINHA NÃO INTERFERENCIA NO

ATENTADO

Dá-se o atentado em 4 de Julho de 1937.

Mais tarde venho a saber que decorridas poucas se-  
manas começam a ser presos individuos como implicados e que  
hoje se encontram tambem condenados. Parecé-me ser de uma ele-  
mentar prudência, que se eu estivesse comprometido e que como

certo e convencido que eu nada tinha nem podia ter com o atentado ao Senhor Presidente do Conselho. Autoriza-me a fazer todas as declarações que eu entenda necessário para esclarecimento da verdade, e que com elas em nada podia afectar a marcha dos acontecimentos, porque tudo se tinha desmembrado, não só motivado pelo acabamento da guerra de Espanha, como eu supunha, como também motivado pela deflagração da nova guerra mundial. Posto assim á vontade, começo então a fazer novas declarações as quais demoraram algumas semanas indo para isso todos os dias á Policia, e delas foram levantados os respectivos autos.

A grande importância do facto consiste, em que, estando eu preso, sem contacto com os emigrados politicos, sem saber sequer que estes viriam a cair nas mãos da Policia, as minhas declarações são perfectas e idénticas áquelas prestadas por aquêles, á parte questões de pormenores; isto mesmo me foi declarado pelos próprios agentes. Verifica-se, portanto, que não houve da minha parte subterfugios ou falsidades, e que duma certa data em diante eu provava que estava sendo sincero e que só pretendia que a verdade fôsse esclarecida. Faço um depoimento o mais concreto e preciso possível, sem contudo citar nomes de pessoas que se encontram em pleno gozo da liberdade, altas individualidades no meio militar e politico e altas individualidades na politica dos paises estrangeiros. Citei somente nomes de pessoas presas,

tal tivesse ligações com êsses indivíduos, logo teria sabido da sua prisão, e também como elementar precaução me tivesse pôsto a recato na expectativa que êsses mesmos indivíduos em mim falassem, e que a Polícia me procurasse e me prendesse. Mas não. A minha preocupação era tão grande, que um mês depois, isto é, em princípios de Agosto de 1937, parto para França com todos os meus documentos em ordem. Não é de estranhar, que estando eu comprometido no atentado, sabendo que estão já indivíduos presos, não tendo a certeza se em mim tinham falado ou não, mas natural seria que o tivessem feito, eu, tinha a ousadia de me apresentar em todas as instâncias oficiais para tratar dos meus papéis necessários ao meu embarque ?

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~ Parece-me que a resposta está dada, e não admite sofismas.

Volto do estrangeiro em meados de Setembro, e sem saber nada do que então se passava entro novamente no meu país despreocupado e descansado como se nada tivesse. Não é quási impossível de acreditar, que embóra eu tenha um temperamento muito calmo, e uma tranquilidade de espirito excessiva, pudesse impassível sugerir-me a suportar todas as nuances a que me expunha, sabendo que era quási certo que a Polícia me procurava ? Julgo não haver temperamento humano que

suportasse tanta calma e tanto sangue frio. Poder-se-ia ainda alegar: que eu sabia que dos indivíduos presos nenhum deles conhecia a minha identidade. É admissível que assim fôsse, embora que eu me encobrisse o mais possível, que entre tantos indivíduos, tantas ligações, tantas conversas, não houvesse um deslize, um descuido, que eles viessem a saber quem eu era? Mesmo que assim fôsse a prudência aconselhar-me-ia que eu não me devia expôr como me expunha. Mas há mais. Soube da prisão de Emídio Santana, e essa soube porque mantinha ligações com ele para o movimento da marcha. Fiquei desapontado quando também soube, que o motivo da prisão dêle era o atentado, visto que, antes e depois de êle se ter realizado, nunca trocamos uma palavra sôbre o assunto. Fiquei um pouco preocupado ao princípio quando soube da sua detenção, mas soceguei quando tive conhecimento que o motivo dela era o atentado. Pois bem, com Emídio Santana preso, um dos primeiros responsáveis do atentado, por êle mesmo confessado, volto em Setembro de 1938, despreocupado e impassível a ausentar-me do país, a tratar novamente de toda a documentação necessária, e então já com a agravante de ter decorrido um ano após a prisão dos primeiros indivíduos, e com mais probabilidades de já ser então conhecido da Polícia.

Parece-me que se assim fôsse eu seria o ente humano mais calmo e mais impassível que com certeza existia no Mundo !!

contradizer os mesmos autos. Destina-se êste, ao meu advogado, para que daqui sejam extraídos os pontos principais que servirão de base para o requerimento pedindo a revisão do processo, e assim, o mesmo advogado poderá colher nas instâncias oficiais, onde os autos existem, a matéria concreta e precisa para a confecção do mesmo requerimento. E assim passo a expôr.

Nunca fui político partidário, isto é, nunca estive filiado em partido algum. Sempre defendi desde os bancos da escola os princípios de liberdade e de igualdade. Por êstes dois princípios compreendo: Liberdade. Acção livre do pensamento e sua manifestação quer pela palavra, quer pela escrita. Não compreendo a liberdade como factor de indisciplina e de anarquia. Pelo contrário, sou partidário da ordem, do respeito e da disciplina. Reconheço o mando e a obediência, dirigentes e dirigidos, mas quanto aos primeiros a sua força deve ser emanada pela vontade livre dos segundos e não pela força do arbitrio. Só assim se consegue uma massa dirigida disciplinada.

Igualdade. Tenho-a como um princípio natural, racional e humano. Defendo-a dentro dos moldes por que a natureza nol-a envia, e não como meio de propaganda de partidos políticos ou seitas religiosas. A natureza deu-nos qualidades e defeitos para nos distinguirmos dos outros e assim ela própria nos indica que não há igualdade absoluta. Sômos supe-

Mais ainda. Como se compreende que tendo eu essas responsabilidades enormes, nunca tivesse a preocupação de deixar de comparecer nos sitios habituais, e até mesmo no próprio local do trabalho? Como se pode verificar tal nunca se deu. Compareci sempre no meu emprego, e até continuei com a mesma actividade, sem querer mesmo usar qualquer disfarce o que era natural. Parece-me provar assim com esta despreocupação que de facto nada tinha que ver com aquilo que se andava tramando na sombra contra a minha pessoa. Para comparação e ainda maior esclarecimento ocorre-me perguntar o seguinte: foram julgados á revelia se não estou em êrro, mais oito individuos também como implicados no atentado. Esses individuos, com ou sem culpa não sei, o que sei e que é verdade, é que eles se ausentaram. Porque não fizeram o mesmo que eu? Ou melhor, porque não fiz eu o mesmo que eles? A resposta é muito fácil, muito sincera e muito verdadeira. Porque nada tinha que vêr com o que se estava passando, e a minha consciência tranquila, não me avisava que tomasse outro caminho.

#### A MINHA VERDADEIRA ACCÇÃO NO CAMPO POLÍTICO

##### REVOLUCIONÁRIO

Dos autos levantados últimamente na Polícia (P.V. D.E) consta permonorizadamente toda a minha acção. O que vou relatar, são factos verdadeiros, mas relatados em sintese, para que êste documento por si não possa em qualquer ponto:

riores consoante as qualidades natas que possuímos, e inferiores consoante os defeitos de que fomos dotados. Mas uma coisa há em que a natureza foi intangível para todo o ser humano. Foi na constituição física do nosso corpo, dando-nos a todos os mesmos órgãos, e por consequência as mesmas necessidades. Destas, a primordial e a indispensável é a de nos alimentarmos. Eis o ponto em que eu coloco a igualdade: No de nos alimentarmos. É conhecido de todos aquêles que se interessam por êstes assuntos, que Portugal é um dos países onde o poder de aquisição, isto é, o poder de compra, é mais baixo. Em consequência de tal a miséria attinge uma percentagem assustadora e como tal a fome sente-se em proporção cujos factores são o produto do meio ambiente em que vivemos. Todo o ente assim que nasce, cria imediatamente um direito e um dever. Como direito, o de se alimentar, como dever, o de respeitar o próximo. Dentro dêstes princípios coloco a igualdade num limite, isto é, todos devem ter o suficiente para se alimentar, e a organização social é que incumbe criar os meios para que êsse suficiente exista. Portanto não se trata duma qualidade nata, trata-se sim dum meio ambiente que nós próprios criamos. Sêr-se superior, só se o é quando as qualidades natas que possuímos assim nos formarem. Um individuo que pelos seus dotes de intelligência, de trabalho e outras qualidades que o tornem capaz de vincar na vida, sem ser o factor sorte que o impêre, deve ser respeitado e tido como superior



daquêle que as não possui. Mas, por causa disso, não deve este morver á fome e compete áquele, como ente superior, criar-lhes condições em que possam usufruir os meios necessários á sua manutenção.

Eis, pois, o que entendo por liberdade e igualdade.

E assim, politicamente, sou republicano por que defendo o princípio da liberdade, e socialista porque defendo o princípio da igualdade, qualquer dêles dentro dos moldes que muito sucintamente acabo de expôr.

Sempre combati os meios da governação pública, e quando do advento do 28 de Maio, fiquei na expectativa. Logo me certifiquei que não eram êstes meios os ambicionados por mim, mas, como até aí o não tinha feito, continuei na mesma a não tomar parte activa na política. Era defensor e discordante somente em conversa com amigos e na família.

Decorre o tempo e os meus conhecimentos vão-se tornando mais vastos com individuos discordantes também da actual situação. Não podendo precisar bem a data, mas se não estou em êrro, no ano de 1934, vem o Dr. Jaime de Morais a Lisboa clandestinamente, porque se encontrava emigrado em Espanha, e sou então convidado a assistir a uma reunião. Aí tômo conhecimento com êsse Sr. Discute-se o problema da queda da ditadura. Dou a minha opinião sôbre o assunto, defendendo o princípio, que aliás sempre defendi, que o primeiro passo a dar seria o de se fazer uma união sólida e firme de todos aquêles que lu-

acôrdo. Cada chefe de partido, de grupo ou de coligação, quer para o seu agrupamento a primazia do mando, o cumprimento integral dos seus objectivos e o fazer vingar os seus pontos de vista políticos. Verificava-se que as razões que tinham levado os homens a fazer o 28 de Maio subsistiam, e que apesar já duns duros anos de experiência, sem consideração por aquêles que jaziam nas prisões, sem compaixão pelo sofrimento de centenas de famílias arremessadas para a miséria, sem interesse por aquêles que se encontravam emigrados lutando com a fome, porque nem todos se encontravam lautamente instalados, mesmo assim, os "políticos", não se queriam entender para um arranjo. As divergências havidas no seio daquêles que conspiravam, eram conhecidas não só nos círculos políticos internos, e isto levava ao afastamento de muitos, como também nos círculos políticos externos, o que tornava a acção daquêles que eram sinceros, bastante difícil, pois que só do exterior poderíamos contar com o auxílio que então era necessário. Este auxílio prestado sem ferir o bom nome daquêles que o contraíssem, e muito menos os princípios da nacionalidade, tornava-se imperioso, visto que a luta a travar tinha de ser a da força, porque todos os outros meios de combate, a palavra e a escrita, nos estavam vedados. Passa-se o tempo sem que as demarches realizadas junto dos políticos das nações democráticas sejam coroadas de êxito, o que quanto a mim, a sua verdadeira causa sempre foi a de êstes conhe-

tavam pela queda da ditadura, pondo de parte todo e qualquer melindre político que pudesse haver, estabelecendo um programa e dentro d'êles todos trabalharem para o mesmo fim. Devo declarar, o mesmo fiz nessa reunião, que não concordei com a governação transacta, e por conseguinte com a acção dos homens que estiveram á sua frente, pois que foram êles os causadores da situação que actualmente atravessamos, mas também via que com a forte organização que a ditadura já possuía, só uma grande coligação de todos os portugueses lhe poderia fazer face. Defendi sempre também o princípio que a preparação do movimento revolucionário devia ter as suas fortes bases no estrangeiro, isto é, de completo e comum acôrdo com os governos das nações democráticas. Estes princípios foram aceites, e desde logo o Dr. Jaime de Morais se mostrou interessado em que eu começasse trabalhando. Puz logo como princípio que êle e os restantes emigrados em Espanha e em França, tratariam de estabelecer um acôrdo para que a união de todos os políticos fôsse um facto, não esquecendo também, êles, emigrados, que estavam em condições disso, aproximarem-se dos governos dos países onde se encontravam, e não esquecendo principalmente do governo inglês, e com êles estabelecerem o princípio de imediato reconhecimento ao governo saído da revolução. As dificuldades surgem a cada passo, e principalmente no campo onde não deveriam existir, isto é, naquê-  
le em que todos os ante-situacionistas deveriam estar de

cerem o pouco ou mesmo nenhum entendimento nas hostes conspiratórias.

Em 1936 surge a revolução espanhola. Há um compasso de interrupção em toda a actividade conspiratória aguardando os factos e os resultados que dela pudessem advir. Sabia-se que os refugiados espanhóis em Portugal conspiravam com afam sobretudo depois da vinda de Sanjurjo da Alemanha, "onde foi assistir aos sports de inverno".

Embora que nunca se tivesse ventilado o caso, foi sempre minha opinião que nada tínhamos com o que se estava passando em Espanha, para mais que existia a certeza que o governo espanhol manteria a ordem e venceria os insurrectos.

O tempo e os factos obrigaram-me a modificar a minha opinião. A atitude do Governo português perante a revolução espanhola a isso me obrigou. Entendia que a nossa posição tanto como conspiradores, tanto como Nação, era a de nos manter-mos completamente alheados do assento. Tal não aconteceu, e se uma das partes estava francamente ao lado dos insurrectos, necessário se tornava que a outra se colocasse ao lado do Governo espanhol.

Eu que sempre defendi o principio que o nosso trabalho conspiratório deveria ser de acôrdo com as altas individualidades políticas estrangeiras, ainda mais se me arraigou, porque então já era não só uma necessidade nossa como também uma necessidade do Governo espanhol. Depois da troca de vá-

rias cartas entre os emigrados políticos em Espanha e em França, acorda-se que a nossa actividade tinha que se imprimir um ritmo de aceleração. E assim se faz tanto interna como externamente.

Em 1937 aproveitando a oportunidade da minha ida a França quando da exposição, leve incumbencias de tratar de assuntos junto dos emigrados. Em Paris, encontro-me com o Dr. Jaime de Morais e o Dr. Jaime Cortezão, que a França tinham vindo no propósito de comigo falarem. Depois de se pôr ao corrente das demarches em Portugal, estes Snrs. contam-me o trabalho que tinham realizado junto do Governo espanhol. A minha preocupação era sempre se o entendimento entre todos os políticos já se tinha firmado ou se a sua conclusão ia em vias de bom andamento. A resposta foi negativa. Acordou-se então fazer uma reunião aproveitando a minha estada em França e a dos Drs. Jaime de Morais e Jaime Cortezão. Assente esta reunimo-nos numa "Mairie" que não me recordo qual, mas sei que era nos arredores de Paris. Compareceram a essa reunião, os Drs. Jaime de Morais, Jaime Cortezão, Domingos dos Santos, Agatão Lança, Magalhães, Alvaro Pops, eu e outros que desconheço os nomes visto que de princípio se tinha assente não serem divulgados os nomes das pessoas presentes. Trata-se principalmente das bases dum acôrdo a estabelecer entre os emigrados de França "Liga de Paris", e os de Espanha "conhecidos pelos Eudás". Trata-se ainda da questão internacional, isto é, aquela parte que

Pergunto: Como poderia eu, estar comprometido num acto, que não resolvia a questão, que ia buscar obstáculos para o correr dos assuntos que se estavam tratando, como foi, e que ainda acima de tudo era desumano, e lançava á nossa volta um ambiente de desconfiança? Parece-me que a resposta não é difficil de a formular, a todos aquêles que hoje estão interessados pela minha verdadeira acção. Como poderia eu fazer parte dum acto terrorista quando eu sempre defendi e disso tenho testemunhas, que devíamos dar ao movimento um aspecto e um character de moderado? Todos sabem o muito que se disse, e disso estão muitas pessoas convencidas, que o Governo espanhol tinha o character extremista. Houve de facto grandes lutas e dissidências, e talvez fôsse esse o motivo da perda de tão grande revolução, mas o que posso afirmar é que o Governo espanhol era um Governo republicano de character socialista e nada mais. Tive sempre a preocupação de *querer* tirar toda a suspeita de "avancado" ao movimento em questão, porque não só isso faria afastar muitos elementos militares que precisavamos, como ainda e muito principalmente os governos das nações democraticas cortariam immediatamente as relações que se vinham mantendo. Para prova irrefutável da afirmação que acabo de fazer está nos autos levantados na Polícia (P.V.D.E.) a minha opinião e a de todos que militavam na altas esferas, a nossa posição em relação á União-Soviética.

Chegado a Lisboa ponho as pessoas ao corrente do que se

correspondia a cada um dos grupos nos países onde se encontravam. Assenta-se também na criação dum jornal publicado em Paris, como estímulo e meio de união de todos os portugueses emigrados. E assim se criou o "Unir", jornal que teve a sua publicação em Paris, redigido em português. O Dr. Jaime de Moraes fez uma larga exposição da sua attitude perante o Governo espanhol e a opinião d'este quanto ao futuro movimento revolucionário em Portugal, tendo em vistas o seu interesse não só atendendo á posição geográfica que a Espanha mantém perante Portugal, como também a posição que o Governo português estava desenvolvendo a favor dos insurrectos. Todos estão de acôrdo e são de opinião que o momento não pode ser mais próprio para a eclosão do movimento, atendendo ás condições especiais da revolução espanhola. Trago a missão de informar os meios conspiratórios em Portugal e a de activar os meios da organização tanto militar como civil para a revolução.

É bom fazer notar não só para esclarecimento como também para vincar a minha posição quanto ao atentado, que este foi bastante falado entre os emigrados, dos quais teve a sua repulsa e também a minha, porque esse acto foi em grande parte desfazer compromissos que existiam com altas individualidades, e até mesmo o próprio Governo espanhol manifestou o seu completo desacôrdo. Mas, responsabilidades nenhuma nós tínhamos tido, e disso se convenceram todos, recomeçando as conversações nos termos e no ambiente como antes do acto.

havia passado em Paris, e procuro elementos que estivessem em contacto com as massas operárias, para êstes por sua vez começarem a fazer a organização de individuos que deveriam ser enquadrados na luta. É assim que tome conhecimento com Emidio Santana, que ao tempo era secretario geral da C.C.T. e Silvino Ferreira, elemento preponderante também nas massas operárias. Quanto ao primeiro nunca lhe expus claramente a situação do movimento, porque sendo anarquista e como tal uma massa difficil de organizar disciplinadamente, e acorrentados talvez, ao movimento anarquista que se ia effectuando em Espanha, tratei só e unicamente da entrada da mesma C.C.T. para a Frente Popular, que embora eu não fôsse um dos seus elementos dirigentes, sabia que era uma organização que trabalhava para o movimento. Quanto a Silvino Ferreira, era um elemento jamais dentro do assunto, não só pela sua estadia em Espanha como emigrado e em contacto com o Dr. Jaime de Morais, como era também um individuo que pela sua feição politica se submetia mais facilmente a uma dura disciplina que era imperiosa existir no meio da acção conspiratória.

Eis aqui os meus conhecimentos e os meus entendimentos com êsses dois individuos, e por sua vez com Francisco Damião e António Granjo, êstes indicadas por Emidio Santana como elementos de confiança para eu me utilizar dos seus carros nas minhas deslocações adentro de Lisboa.

Continua-se trabalhando com afam, <sup>3</sup> não, sem contrariedades



e contratempos. No estrangeiro, sabia-se que o trabalho era compensador, embora que o principal ainda se não tivesse realizado, que era o acôrdo firmado pelos políticos emigrados.

Quanto á parte militar prôpriamente dita, a organização que se dispunha, era aquêla que pertencia ao falecido capitão Nuno Cruz e a pessoa em contacto com os seus chefes era o Dr. Bazilio Pereira actualmente também preso. Nêstes elementos a maior dificuldade foi sempre fazê-los congrassar com a organização do tenente coronel Ribeiro de Carvalho, pessoa que sempre se abstinera, segundo creio, de tomar parte nêste movimento conspiratório. E eram assim sempre os elementos da velha politica ! Decorrido um ano volto novamente ao estrangeiro em gôzo das minhas férias. Já então havia o plano da revolução estudado e aceite por quem de direito, isto é, pelos técnicos. Em Marselha encontro-me novamente com os Drs. Jaime de Moraes e Jaime Cortezão. Postos ao corrente do que então se passava em Portugal, sou pôsto também ao corrente do que se passava no estrangeiro. Exigia o Governo espanhol para que a sua colaboração fôsse efectiva e real a ida a Espanha de um dos chefes militares, para êste estabelecer acôrdos e combinações tácticas, visto que o movimento, como já disse, tinha que ser em colaboração com o movimento espanhol.

É triste dize-lo, mas é uma realidade ! Nenhum dos Snrs. Officiais se quiz agastar a um encontro com os Officiais espa-

Oficiais estrangeiros vieram a Portugal e me procuraram. O que sei é que quando fui preso e quando estava a ser julgado, a minha convicção e a minha certeza eram absolutas que o movimento deveria eclodir num curto espaço de tempo. Por isso me deixei arrastar e condenar, certo que a revolução me abriria as portas da prisão, e o caso porque estava sendo julgado e ia ser condenado, em breve se esclareceria e eu seria lançado novamente para o seio da sociedade limpo e isento de todo o vexame porque tinha passado.

Não quizeram os homens e o Destino que assim sucedesse e hoje encontro-me numa cela da Penitenciária pedindo aos Poderes Públicos e a quem de direito, que Justiça seja feita, que se repare o mal que eu próprio fui o seu causador.

Não me revolto contra o Tribunal que me condenou, nem contra a Polícia que me prendeu e investigou. Mas se os Códigos e as Leis preveem a reparação duma injustiça cometida por quem julga, também esses Códigos e essas Leis devem prever a reparação de quem se deixa arrastar, quando os motivos sejam o brio, a dignidade e a honra. Mas ainda acima de todas as Leis e de todos os Códigos, ainda acima de toda a rigidez dum Tribunal, e da frialdade duma sentença ditada por um Juiz, há a consciência humana, que o maior dos criminosos não deixa de a possuir.

nhois ! E como é que a ditadura havia de ser derrubada !

Dada quási a impossibilidade de um Snr. Oficial português se deslocar ao estrangeiro, resolveu-se a vinda a Portugal de dois Officiais, estabelecendo-se em princípio que seria um espanhol e um francês. Como na altura era eu o único indivíduo que se encontrava no estrangeiro combinou-se que êsses dois Officiais viriam ter comigo a Lisboa combinando-se o meio de me procurarem e de nos identificarmos, visto que nesse momento ainda não estavam designados e eu tinha que partir para tratar doutros assuntos. Assim sigo para vários países da Europa fazendo as demarches necessárias. Tômo o caminho de Londres para Lisboa, onde chego em meados de Outubro de 1938, e nos fins de Novembro do mesmo ano, isto é, após um mês pouco mais ou menos, sou preso.

A pergunta que vou fazer é muito ingénua mas muito sincera.

O que queriam os Snrs. Julgadores que me condenaram, o que queria a Polícia que investigou, o que queria, enfim todos que hoje conhecem o assunto que eu fizesse ?

Parece-me que para um homem de brio, para um homem de carácter, para um homem que sempre soube e que sabe o que é ter honra, que o caminho a seguir não era outro do que aquêlo que segui, deixando-me arrastar para tudo e por tudo o que quizessem.

Nunca soube e ainda hoje mesmo ainda não sei se os dois

CONCLUSÃO

Parece que para cumprimento das Leis que me obrigam a apresentar matéria nova para poder pedir a revisão do processo, tudo quanto acabo de expor é mais do que suficiente. Provas e testemunhas, só uma entidade as pode apresentar. Quem conspira, como é lógico, tem sempre a preocupação de não deixar testemunho dos seus actos e muito menos provas que o possam comprometer. Tem a P.V.D.R. todos os elementos em seu poder, não só aquêles por mim referidos, como aquêlas, que é natural, procurou obter pelos seus meios próprios. Neste relatório como ao princípio digo, não procuro apresentar os factos rodeando-os de todos os seus pormenores. Para isso existem os autos das minhas declarações levantados na Polícia, e que, salvo melhor opinião, isto mesmo deve ser dito no requerimento a entregar ao Tribunal, para que êste se assim o entender os requisitar. Nêles não me passou a mais pequena minucia, e bem detalhadamente tudo quanto sabia, se encontra descrito incluindo o plano da revolução que estava para eclodir.

Quero também que fique consignado o motivo que me levou a participar numa maneira directa e activa no movimento conspiratório. Em primeiro lugar, levado pelo ideal, em segundo, por pensar que a estabilisação da república democrática em Espanha, e a sua reemplatação em Portugal, modifica-

riam os dados da política internacional de modo a que os países totalitários ficassem cercados e isolados, que embora lançando-se na guerra, porque era esse o seu único objectivo, não seria uma guerra como a que estamos assistindo. Mas, a França e a Inglaterra, entenderam precisamente o contrário, e dos louros da sua opinião vê-se os resultados porque então passaram e estão passando. Satisfaz-me, mas não me alegra, em verificar que éramos nós que estávamos dentro da razão. Nunca o interesse económico me levou a dar um passo no sentido revolucionário, porque, ao ser ambicioso, vivia com aquilo que tinha dentro da estrutura da sociedade em que fui educado, e dos princípios que recebi e segui.

Feito por mim e assinado, na Cadeia Penitenciária de Lisboa, aos 21 de Março de 1941.